

INDÚSTRIA SEM FRONTEIRA

Capital pode perder mais empresas e vagas para o Paraguai

Programa pode tirar empregos que seriam gerados no Brasil

RENATA PRANDINI

Campo Grande corre risco de perder mais empresas para estados e até países vizinhos, como o Paraguai, em decorrências dos atrativos fiscais e de menor custo de produção. Conforme o prefeito Marcos Trad, a migração de empresas é compreensível e atende às leis de mercado, mas a população é prejudicada pela perda de empregos. “Nós vivemos em um sistema capitalista. O empresário vai investir onde for mais benéfico para ele. Então, se começarem a oferecer coisas mais atrativas, eles [empresários] vão sair daqui. Isso é ruim, por exemplo, para quem está distribuindo currículo e não consegue emprego, para quem está buscando qualificação profissional”, declarou.

No começo dessa semana, a Federação da Indústria de Mato Grosso do Sul (Fiems) lançou projeto “Indústria sem Fronteira”, que visa atrair investimentos para o Estado levando empresas para o Paraguai, país que vem se des-

34 mil

DESOCUPADOS
Este é o número de pessoas sem emprego somente em Campo Grande, segundo dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em todo o Estado, a taxa chega a 104 mil pessoas

tacando pelo baixo custo da produção através da Lei Maquila. A ideia é fazer com que a empresa se instale em território sul-mato-grossense e parte da produção seja levada para o Paraguai para se tornar mais competitiva. Mas pode trazer efeito colateral: a fuga das empresas para o exterior.

“Outras cidades e até países próximos da gente, como o Paraguai, estão levando as empresas que queriam se ins-



FORUM. Prefeito Marcos Trad e secretário de Desenvolvimento Luiz Buainain apresentaram ontem ações para atrair indústrias à Capital

talar aqui e, no passado, não dávamos uma resposta efetiva para elas. Agora, queremos recuperar essa perda que tivemos nos últimos quatro anos, com 34 mil empregos de déficit”, frisou.

O número citado por Trad se refere ao índice de pessoas desocupadas em Campo Grande, segundo dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outro índice, do Cadastro Geral de Desempregados e Desempregados (Caged), mostra que a capital sul-mato-grossense perdeu 12.579 vagas formais de emprego nos últimos dois anos. Somente no ano passado, Campo Grande teve saldo negativo de 5.221 postos de trabalho fechados. Parte desses empregos foi recuperada no primeiro bimestre deste ano, que terminou com saldo posi-

tivo de 787 postos de trabalho. O prefeito citou como exemplo desta relação desigual a diferença do custo de produção. Quando comparado ao Paraguai, a discrepância é ainda maior, sem contar encargos trabalhistas e carga tributária, que chega a ser 30% inferior em comparação ao Brasil. “Se a dona de casa vai comprar arroz e em um lugar está R\$ 10 e, no outro, o mesmo arroz, da mesma marca, está a R\$ 8, qual ela irá levar? Com uma empresa é a mesma coisa. O empresário faz uma série de estudos técnicos, avalia custo, atrativos, logística, e leva o seu investimento para onde for melhor para ele”, frisou.

ATRAÇÃO

Para tentar reverter esse cenário de evasão dos investimentos, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Sedesc) deu início ao proces-

so de revisão dos incentivos fiscais concedidos para empresas já em operação. A ideia é prorrogar incentivos desde que haja contrapartidas da empresa, como ampliação dos postos de trabalho. “É isso que estamos discutindo. Estamos visitando indústrias e pedindo para que deem mais empregos em troca de incentivos fiscais”, declarou.

A ação, informou o secretário Luiz Fernando Buainain, já trouxe resultado. Na terça-feira, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (Codecon) aprovou ampliação do benefício fiscal - redução de 5% para 2% do Imposto Sobre Serviços (ISS) - à empresa Brasil Telecom, que tem 2,5 mil empregados e estava pensando em deixar o município. “Nós íamos perder essa empresa para Goiânia. Agora, além de permanecer no município, eles vão au-

mentar em 100 vagas como contrapartida”, destacou.

Paralelamente, a administração pretende implantar um tipo de central de atendimento em São Paulo (SP). O objetivo é ficar mais próximo do centro econômico nacional e, consequentemente, atrair mais indústrias. Buainain deve viajar à capital paulista na próxima quarta-feira para acertar os últimos detalhes de contrato de locação.

Prefeito e secretário participaram, na manhã de ontem, da realização do 1º Fórum do Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande (Prodes). O objetivo do evento, promovido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Sedesc) foi apresentar balanço do trabalho já realizado e também as metas para este ano.

Mais 4 indústrias podem perder área

Mais quatro indústrias beneficiadas pelo Prodes poderão perder áreas doadas pelo município. As empresas, informou o secretário Luiz Fernando Buainain, receberam lotes para se instalarem no Polo Industrial Norte, no entanto, não chegaram a dar início às edificações.

O distrito Norte foi o segundo a passar pela vistoria. Segundo o secretário, o empreendimento conta com 43 lotes. Destes, 38 estão ocupados por empresas em operação; quatro foram doados mas as empresas não deram início à construção das fábricas e um está livre para doação.

“Agora, vamos entrar em contato com essas empresas e avaliar a situação de cada uma. Caso não tenham interesse, então vamos entrar com o pro-

cesso de retomada das áreas para o município”, afirmou.

A construção dentro do prazo é uma das contrapartidas das empresas para receber os benefícios concedidos pelo município, que, além de doação de área, incluem descontos ou até isenções fiscais de tributos municipais.

No início deste ano, a secretaria deu início a uma operação pente-fino para avaliar a situação de todas as empresas beneficiadas, em todos os polos empresariais do município. Na primeira etapa desse trabalho foi realizada no Polo Oeste. Na época, a equipe detectou 54 lotes doados para empresas privadas que não chegaram a se instalar. Destas, três devolveram as áreas espontaneamente. (RP)

Azambuja defende maior atenção

PAULA VITORINO

O governador do Estado, Reinaldo Azambuja, destacou ontem que o Fomentar Fronteira é um decreto que foi instituído com a possibilidade de criar um desenvolvimento industrial na faixa de fronteira, do lado do Brasil. “Isso é o que o decreto preconiza. O incentivo é para o lado do Brasil”, esclareceu. Mesmo assim, ele defendeu maior atenção do governo federal para evitar uma migração maciça de empresas para o Paraguai. “Eu acho que o que precisa é o Brasil estar atento, o Ministério do Desenvolvimento Exterior, porque o Brasil está perdendo competitividade para o Paraguai e isso é um risco para economia brasileira. Nós temos que ter empresas competitivas no Brasil, nada

contra o Paraguai, mas nós queremos emprego aqui, não do outro lado”, destacou.

Segundo ele, o que o Programa da Fiems prevê é a possibilidade de um cadeamento que é possível dessa indústria ter parte no Paraguai e parte do lado do Brasil. “Mas nosso decreto beneficia quem tiver instalado do lado brasileiro”, reiterou.

O decreto anterior possibilita a competitividade às empresas que se instalem do lado do Brasil. “A Fiems fez um guia que leva o cidadão tanto a optar pelo Fomentar Fronteira ou a instalação do lado paraguaio, que é a indústria sem fronteira”, destacou.

Com relação ao temor de que o Estado perca as empresas para o Paraguai ele frisa que “o Brasil já tá perdendo muito hoje para o Paraguai.

“

Incentivo do decreto é para indústrias do lado do Brasil”

Reinaldo Azambuja, governador do Estado

É até um ponto de atenção do governo brasileiro porque muitas indústrias fecharam as portas no Brasil e foram para lá devido a uma competitividade econômica, com energia mais barata, lei de Maquila, mão de obra mais barata, legislação trabalhista mais flexível e acho que isso é risco para o Brasil. O governo tem que estar atento a isso

para que dê competitividade ao lado brasileiro para que não migre um volume grande de empresas para o Paraguai”, enfatizou.

Azambuja ainda acrescentou que é a favor de levar o desenvolvimento para faixa de fronteira. “Eu sou favorável que se crie uma faixa de desenvolvimento industrial na fronteira porque você vai coibir muito as questões sociais que têm ali. No momento que tiver ali possibilidade de industrialização, geração de empregos, novas possibilidades, você evita que aquelas pessoas da fronteira só tenham muitas vezes como plano de fundo a questão do tráfico, de drogas, de armas, que é a região mais sensível para essa questão de descaminho”, afirmou.

INDICADORES

COTAÇÕES E ÍNDICES Fechamento: 22 de março de 2017

UNIDADES FISCAIS

Em R\$	
UFERMS (Jan/Fev)	24,43
UAM/MS (Fev)	3,5719
UFIR (Out/00)	1,0641

INFLAÇÃO Fonte: FOLHA

Em % ao mês. IGP2, IGP1, IPA1, IPC1, respectivamente

ÍNDICES	NOV	DEZ	JAN	FEV	12M.
IPC do IBGE (%)	0,18	0,30	0,38	0,33	9,32
IPC do IBGE (M)	0,07	0,14	0,42	0,24	9,82
IGP-M/FGV (%)	-0,03	0,54	0,64	0,08	12,21
IGP-D/FGV (%)	0,05	0,83	0,43	0,06	11,26
IPC/FIPE (%)	0,15	0,72	0,32	-0,08	9,98
IPC (C. GDEI) (%)	0,20	0,39	-	-	6,82

POUPANÇA

ANTIGA POUPANÇA	NOVA POUPANÇA
(Dep. feitos até 03/05/2012)	(Dep. feitos a partir de 04/05/12)
23/3 = 0,5083	23/3 = 0,5083

CÂMBIO

Em R\$		
Moeda	Compra	Venda
DÓLAR COMERCIAL	3,096	3,098
DÓLAR TURISMO (BB)	3,050	3,240
DÓLAR PARALELO	3,0933	3,0939

SALÁRIO MÍNIMO

Jan/2017 R\$ 937

ALUGUEL

Reajustes de aluguel e outros contratos

Acumulado % até julho(*)	até agosto(*)
Índices Trim. Quad. Sem. Anual Trim. Quad. Sem. Anual	
FPE	0,45 0,99 2,27 5,38 0,54 0,79 2,08 5,49
IGP-DI	-1,63 -1,19 1,13 5,05 -1,12 -1,57 0,34 4,63
IGP-M	-1,48 -0,70 1,34 5,32 -1,61 -1,74 0,68 4,89
INPC	0,99 1,78 3,27 6,33 0,57 1,17 2,80 6,35

*Acumulado até julho reajusta alugueis e contratos a partir de agosto, para pagamento em setembro; acumulado até agosto reajusta a partir de setembro, para pagamento em outubro.

INSS

Contribuição à Previdência Social

Jan/2017

Tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1º de Fevereiro de 2017.

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
Até 1.659,38	8
De 1.659,39 até 2.765,66	9
De 2.765,67 até 5.531,31	11

Portaria interministerial MPS/MF nº 8, de 13 de janeiro de 2017

DÓLAR

R\$ 3,098

BOVESPA

63.521 0,86%

AGROPECUÁRIO

Fechamento: 22 de março de 2017

Grãos	Compra	Venda
Milho (60 kg)	27,00	27,00
Soja (60 kg)	55,00	56,00
Algodão (arroba)	27,00	27,00

Bovinos	Mínimo	Máximo
Arroba à vista		
Boi Gordo	s/inf	s/inf
Boi Gordo Rastreado	134,00	134,00
Vaca Gorda	s/inf	s/inf
Vaca Gorda Rastreada	124,00	124,00